

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 49ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2010. Aos quinze dias do mês de março do ano dois mil e dez, às 18 horas, reuniu-se em sessão ordinária, em sua sala de sessões, à Rua Pinheiro Machado, nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam seus lugares na Mesa os Vereadores Valdir Raimundo Ramos – PMDB, Clóvis Alberto Pires Duarte – PMDB e José Alceu de Paula - PTB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: PMDB - Vereadores Cléber Balch Schröder, Vilson José Rech e Sérgio Paulo Pereira. PP - Vereadores Paulo Sérgio Coelho, Anastácio da Silva e Roque José Schröder. **EXPEDIENTE:** Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior. O Vereador Paulo Coelho solicitou que retificasse a ata na sua manifestação em Oradores, onde diz “Disse ao Vereador Vilson que na legislatura passada o Vereador Darci não deixava que fosse votado antes do prazo o projeto sobre IPTU” para “Disse ao Vereador Vilson que na legislatura passada o Vereador Darci não deixava votar os projetos que entravam fora do prazo”. A ata foi aprovada por unanimidade, com a retificação do Vereador Paulo Coelho, e assinada pelos Srs. Vereadores. **Correspondência Recebida:** Ofícios do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, do Vice-Prefeito Pedro Diomar Pacheco Flores e da Subseção da OAB de São Sebastião do Caí. Circular da Assembléia Legislativa. Comunicados do Ministério da Educação – FNDE. Telegramas do Ministério da Saúde – FNS. **Proposições Recebidas:** Projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a contratar pessoal – Professor Habilitação Inglês – por prazo determinado em caráter emergencial (Expediente PM 029/2010 – CM 32/10). Projeto de lei do Executivo autorizando a concessão de direito real de uso do prédio da antiga Escola Municipal Idalina Hess à Comunidade Desafio Jovens Gideões (Expediente PM 030/2010 – CM 33/10). Emendas dos Vereadores Paulo Coelho e Anastácio da Silva ao projeto de lei nº PM 027/2010, que autoriza a concessão de isenções para IPTU e Taxa de Coleta de Lixo constantes no Código Tributário Municipal para o exercício de 2010, e ao Código Tributário (Lei 3.082, de 22 de setembro de 2009). Requerimento do Vereador Roque Schröder propondo que, ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Empresa Caiense de Ônibus Ltda, com cópia de um abaixo-assinado para que a mesma apresente uma resposta a esta Casa sobre a viabilidade da reivindicação dos moradores da Várzea do Rio Branco requerendo uma linha de ônibus dessa empresa para atender a demanda dessa comunidade. Requerimento do Vereador Alceu de Paula com pedido de informações ao Executivo sobre concursos públicos realizados no Município na gestão atual e na anterior. Indicação do Vereador Roque Schröder sugerindo ao Executivo que seja realizada a poda dos galhos dos pinheiros localizados na Estrada da Várzea do Rio Branco. Indicação dos Vereadores Paulo Coelho e Anastácio da Silva sugerindo ao Executivo que seja enviado a esta Casa projeto de lei concedendo auxílio financeiro aos grupos de Terceira Idade do Município. **Oradores** – Pela ordem de inscrição em livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: **Sérgio Pereira** – Disse que se a votação do imposto fosse hoje, votaria a favor novamente. Mencionou que foi informado pela Secretária da Educação que passaram no concurso para professor de inglês três pessoas, sendo que somente um assumiu e os outros não assumiram em função do valor do salário,

mas o Município está precisando desses dois professores, razão pela qual solicitou a urgência para discussão e votação do projeto para que as crianças não fiquem sem professores. Com relação ao imposto que está sendo cobrado, pelo que analisou durante a semana, ele está sendo justo. Reiterou que na sessão passada perguntou ao Vereador Alceu se o seu imposto tinha sido justo, o qual disse que sim, que estava correto, e que ele foi à Prefeitura e foi muito bem atendido. Disse que toda polêmica na cidade poderia ter sido diluída se a administração anterior tivesse a coragem de repassar o reajuste desses imóveis e do imposto para a população para que não caísse sobre nós toda essa responsabilidade. Disse que de acordo com os dados que tem, a última correção foi em 1992 e não houve nenhuma outra depois, e é claro que os imóveis valorizaram durante esse período. Frisou que o imposto não está errado, mas os imóveis valorizaram muito e aumentou muito a cota, porém o percentual continua o mesmo e isso está justo. Citou um dos casos previstos na lei, em que o proprietário está isento de pagar o IPTU quando o mesmo recebe até dois salários mínimos e possui somente um imóvel com até 80 m². Salientou que a região mais pobre e mais carente da cidade, de acordo com a sua avaliação, está isenta. Reiterou que quem se sentir lesado deve ir até a Prefeitura e pedir uma reavaliação. Disse que na semana passada ficou com vergonha de cumprimentar as mulheres porque a única coisa que o orador, como Vereador, deveria ter dado para a população de mulheres de São Sebastião do Caí era os exames do mamógrafo no Hospital, mas infelizmente isso ficou impossibilitado porque o aparelho que foi comprado com ajuda da população era usado quando deveria ter sido novo. Salientou que a Câmara deve tomar uma posição e negociar com o Prefeito uma solução para que a população seja atendida. Cléber Schröder – Disse ao Vereador Sérgio que o seu voto hoje seria contrário em relação ao imposto, e que vai manter o que disse na sessão passada, que irá votar a favor de qualquer projeto ou emenda, seja da oposição ou não. Disse, também, ao Vereador Sérgio, que não são todos os pobres que estão isentos e que tem coisa errada ainda, mas acha que o projeto veio para tentar dar uma recuperada. Roque Schröder – Disse que o Código Tributário não teve o período suficiente de permanência nesta Casa, por isso a oposição e o Vereador Alceu não votaram a favor. Frisou que, particularmente, cometeu um erro por abster-se de votar, e isso jamais irá fazer. Mencionou que existe sim uma forma de remediar isso com a emenda apresentada pelos Vereadores Paulo e Anastácio, a qual votará a favor. Com relação ao Vereador Sérgio, de que residências com até 80 m² seriam isentas, disse que se for isso que consta na lei, sugere que se divulgue isso para a população tomar conhecimento. Comentou que entrou com um requerimento solicitando uma linha de ônibus para a comunidade da Várzea do Rio Branco, tendo junto um abaixo-assinado organizado pelo orador e pelo presidente da comunidade, Remi Ramos. Solicitou aos demais Vereadores que assinassem o requerimento porque a população merece esse benefício. Citou sua indicação, também para essa localidade, de poda dos pinheiros, frisando que jamais irá solicitar que se corte uma árvore desnecessariamente, lembrando que essa poda se faz necessária na lateral da estrada para que os caminhões e ônibus não tenham suas cabines danificadas. Disse que nós precisamos trabalhar em conjunto para conseguirmos colocar luz trifásica no interior do Município para que possa haver progresso. Anastácio da

Silva – Disse ao Vereador Sérgio que todos os outros Prefeitos foram coerentes em não fazer esse absurdo que foi feito. Disse que houve erro sim, e já começou errado nesta Casa porque não deveria ter sido aprovado da maneira como foi, pois precisaria de 2/3 dos votos, que são seis. Disse que quando se erra tem que reconhecer o erro e não é o caso de ficar do lado do Prefeito, porque isso é muito simples, ficar do lado do Prefeito para ter alguma mordomia ou algum favor dele. Disse que votou contrário porque desde o começo não se convenceu. Disse que o governo passado foi coerente, frisando que se a inflação foi 6%, que o imposto subisse 6% ou 8%, um pouquinho mais. Com relação às obras que não estão concluídas, como a do orador, por exemplo, disse que sem ter o habite-se lhe foi enviado o carnê, o que está errado. Disse que ainda há tempo de se corrigir o que está errado com a emenda que apresentaram. Informou que foi retirado o auxílio dos grupos de Terceira Idade de São Sebastião do Caí, que são cinco, os quais vinham sempre recebendo R\$ 200,00, sendo R\$ 50,00 do Município e R\$ 150,00 de verba federal. Disse que foi retirado, também, o ônibus, e por isso estavam o orador e o Vereador Paulo entrando com uma indicação para que o Prefeito fizesse algo, até porque várias entidades recebem subvenções e não acham justo retirar desses grupos de Terceira Idade. Paulo Coelho – Disse que não podemos nos esquecer de quem nos elegeu, pois nós estamos aqui não através do Prefeito e sim do povo. Informou a todos que está acontecendo um mutirão de oftalmologia, e lembrou que a Prefeitura “prega” que se compre no Caí e, no entanto, ela mesma compra fora, o que considera um absurdo. Com relação ao que disse o Vereador Sérgio, “que pegue o seu carnê e vá até a Prefeitura”, “vá lá que se conserta”, indagou se é justo pegar uma, duas ou três pessoas que reclamam e ir à Prefeitura fazer um acerto, lembrando que isso é ilegal, pois se o acerto é para um, tem que ser para todos. Mencionou que tem pessoas que tem terrenos ou casas no Caí e querem vender pelo valor avaliado, as quais, acha o orador, que devem ir à Prefeitura, pois talvez queiram comprar pelo valor avaliado. Com relação ao mamógrafo, que o Vereador Sérgio disse que não estava sendo usado, frisou que o mesmo foi usado, e informou que na administração do PMDB também foi comprado um gerador usado e até hoje é utilizado no Hospital, e isso ninguém comenta. Disse ao Vereador Cléber que admira a sua palavra, mas sente que até o final desta sessão, até entrar a emenda, vai ter surpresa aqui dentro, mas não venham falar em inconstitucionalidade, de fora do prazo, porque se for por isso o próprio projeto que entrou aqui foi fora do prazo e inconstitucional, o qual deveria ter entrado 30 dias antes para o mesmo ser analisado. Fez menção a um comentário que circula na cidade, de que uma instituição vai entrar com ação direta de inconstitucionalidade, e que lamentavelmente seremos taxados de Vereador que não lê o projeto, que não sabemos o que é lei ordinária ou lei complementar, que não nos orientamos e não respeitamos a Lei Orgânica e muito menos o Regimento Interno, e o mais grave, ainda, que o Presidente demonstrou desconhecer a lei por ter aprovado o artigo 35. Disse que os Vereadores deveriam votar e aprovar a emenda e deixar que o Prefeito vetasse. Disse que o pobre não pode mais pagar, e ele vai optar, vai pagar o IPTU ou vai comprar o rancho ou vai comprar o remédio. Frisou que inocentava os Vereadores porque não tiveram tempo de ler o projeto, mas era a chance de se redimirem. Clóvis Duarte – Disse que não lhe servia o chapéu, de votar a favor do Prefeito

para ter mordomia ou algum favor porque não pedia nada para o Prefeito, e sua profissão não era Vereador e sim policial civil. Disse que o único pedido que fez ao Prefeito, a pedido do Vereador Paulo, foi para um rapaz que precisava fazer um exame de próstata com urgência. Disse que não depende do Prefeito e nas duas vezes que se elegeu foi sem ajuda de ninguém, nem do partido, e não gastou nada, por isso estava aqui porque pessoas confiaram na sua pessoa, e sabem que não é de "roer a corda". Comentou que num posto de gasolina foi abordado por um Senhor, que está presente, o qual disse que viria na sessão da Câmara porque seria votado um desconto de 50% para quem pagasse à vista, ou seja, um boato que lançam na cidade para tumultuar, pois jamais foi cogitado. Disse que é amigo particular do dono de um prédio que estaria querendo isenção, mas nem por isso vai ficar contra o Darci por causa dele, mas ele havia procurado o orador na Delegacia alegando que a Prefeitura deu um prazo de 5 anos para concluir a obra e que ainda não tem o habite-se, mas a partir do momento que tiver irá pagar o IPTU. Disse que não teve tempo de falar com o Darci para saber se essa informação está correta, por isso se referiu ao prédio com a informação que tinha recebido, que fazia 3 anos que estava funcionando e não tinha pago IPTU, então, parece, segundo o proprietário, que ainda não está pagando o IPTU por não ter o habite-se. Informou que teve gente que saiu daqui, na última sessão, falando que o orador havia dito que usaria de violência com quem fosse reclamar de IPTU, mas quem estava aqui sabe que não foi isso, lembrando que disse simplesmente que o seu interlocutor é que escolheria como ser tratado: se lhe tratasse com educação, com educação seria tratado; se lhe tratasse com ignorância, com ignorância seria tratado; se fosse partir para briga, da mesma forma seria tratado. Disse que o Darci está agindo como Administrador e se ele errar, e tiver convicção de que ele errou, também irá criticar. Valdir Ramos – Com relação aos grupos de Terceira Idade, disse que se as entidades são constituídas, os projetos podem vir individualmente para cada entidade, pois acha que seria até mais benéfico porque cada caso é um caso, frisando que uma entidade pode estar precisando mais do que a outra, pode estar realizando um evento maior, e certamente o Prefeito irá enviar para esta Casa um auxílio nesse sentido. Comentou que em setembro de 2009 o projeto de lei do Código Tributário ficou de 14 a 21 nesta Casa, e informou que está sendo feito um levantamento dos últimos anos em relação a projetos e prazos de tramitação. Disse ao Vereador Vilson que na legislatura passada tinha um Vereador da situação que tirava "sarro" dos Vereadores da oposição com relação à famosa "tratola", ou seja, entrava um projeto às 18 horas para votar com urgência e ele dizia "mais uma vez a tratola vai pegar", mas frisou que hoje se respeita os Vereadores. Disse que estava há 20 anos nesta Casa e nunca se absteve de votar e lembrou que foi um Vereador capaz de dizer sim ou não aos projetos, e em setembro de 2009 que era muito importante o sim ou o não, houve a abstenção de dois Vereadores que hoje estão apresentando essa emenda, e talvez o voto contrário deles, na época, fosse mais justo e mais representativo para aqueles que colocaram eles aqui do que se absterem. Frisou, ainda, que foi suplente de Vereador nesta Casa e votou contra o Prefeito, que era do seu partido. Com relação ao aposentado com um imóvel e renda de até dois salários mínimos ir à Prefeitura pedir a isenção, disse ter como testemunha a sua própria mãe, que conseguiu a isenção, mas salientou que muitas pessoas não têm

essa informação, achando, inclusive, que no carnê deveria ter essa informação. Mencionou que viu na Record uma matéria muito triste sobre a empresa Azaléia/Vulcabrás, na qual mostravam vários trabalhadores mutilados, mas frisou que não é só nessa empresa, pois, todas essas empresas que foram embora do RS para Bahia e Sergipe, colocaram as pessoas atrás das máquinas sem elas saberem o que era uma máquina, e isso refletia a ganância desses empresários que buscavam isenções e mão-de-obra mais barata. Salientou que a Azaléia do Caí, assim como outras empresas que estavam instaladas aqui no Sul, eram exemplos em termos de segurança, mas lá eles atiravam o povo para dentro das fábricas para fazer dinheiro e fizeram com que os trabalhadores saíssem mutilados. Alceu de Paula – Mencionou que esteve sexta-feira à noite na inauguração do Centro de Doenças Mentais do Hospital Sagrada Família, e salientou que valia a pena subir e ver a beleza, a organização e o bom gosto que foi colocado em prática ali para tratar de doentes mentais e também de pessoas com problemas de drogadição. Citou uma matéria do jornal Correio do Povo que fala do alto nível de estresse que afeta crianças e jovens escolares, o que foi constatado em pesquisa realizada pela PUC-RS numa escola pública de Porto Alegre, cuja causa apurada foi de que os pais e avós tem um grande desejo que as crianças fiquem menos tempo dentro de casa, ou seja, que as mesmas fiquem o dia inteiro com uma sobrecarga de atividades e responsabilidades que não são para a idade delas. Disse estar preocupado com o sistema de funcionamento do nosso Legislativo, e por isso entende que devemos repensar ou reavaliar algumas coisas da nossa Lei Orgânica e do nosso Regimento Interno, ou então tomar a posição de seguir à risca o que está na Lei Orgânica e no Regimento Interno, até porque não podemos ficar com esses impasses que acontecem, e no próximo ano ocorrer a mesma situação. Disse que o Código Tributário tem um capítulo destinado às isenções, mas o que faltou foi a Prefeitura, o Poder Executivo, usar a “publicidade” prevista na Constituição Federal para que toda a população conhecesse o que iria acontecer dentro dessa lei antes da mesma ser executada. Frisou que a questão de quem está isento ou não está dentro do Código Tributário, mas a população tem pouco ou nenhum acesso a essa lei, além da mesma ser de difícil compreensão. Disse que o cálculo do IPTU, via computador, não se dá de forma humana e sim de forma materialista/capitalista, e por não ter o orador essa compreensão completa do Código Tributário é que se absteve de votá-lo. Disse que ninguém pode ser criticado por ter se absterido de votar, lembrando que existe abstenção em todo tipo de votação, até em Associações de Bairro. Disse que cometeu um equívoco quando votou o valor base de R\$ 277,78 para o cálculo do metro quadrado do terreno, que não levou em conta o lado dos investidores e depois, conversando com uma e outra pessoa percebeu que o valor seria igual para todo mundo. Disse que toda formação do cidadão em curso superior de Administração, Ciências Exatas e Ciências Contábeis não gira em torno do humano, elas não tem essa visão humana em torno da lei e sim a visão materialista/capitalista de obter lucro, e o Prefeito Darci não poderia pensar diferente porque ele é um Administrador de Empresa formado. Disse que esse erro cometido no ano passado e em anos anteriores não podem interferir no nosso trabalho de hoje, e temos que procurar acertar agora, e se nós conseguirmos repensar e reavaliar, e o Poder Executivo aceitar, tudo bem, pois estará demonstrando que realmente ele é democrático, mas se insistir em

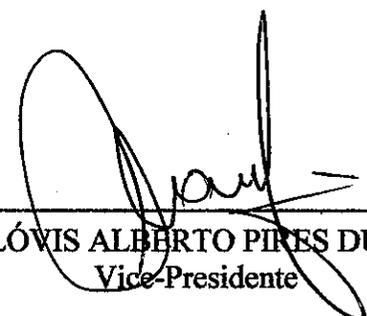
não aceitar a reivindicação que as pessoas estão esperando e a proposta que os Vereadores estão apresentando, aí sim ele vai confirmar que realmente está pensando só no lado material e capitalista. Disse que os Vereadores tem que pensar numa forma de que esses equívocos que estão surgindo sejam resolvidos sem machucar ninguém, sem ferir ninguém, respeitando tudo aquilo que temos de legislação e respeitando nossos parceiros Vereadores, o próprio Prefeito e principalmente a comunidade, porque somos nós que pagamos. Disse que quando há excessos, o Gestor Público tem que ter a sensibilidade de que não existe uma regra sem exceção. Vilson Rech – Disse que entrou na política porque não concordava com algumas coisas que estavam sendo feitas na administração anterior. Disse, também, que tem o seu emprego, no qual está quase se aposentando, e não depende da Câmara para viver. Frisou que na semana passada não falou uma palavra sobre IPTU porque ficou todo o mês de fevereiro de férias e quando voltou estava essa polêmica toda na cidade. Disse que até agora tem muita gente que não entendeu porque o valor do IPTU subiu tanto. Disse que foi favorável ao projeto porque só aumentou o valor venal da propriedade e o valor das alíquotas não subiu, a não ser dos terrenos que não tem benfeitoria encima. Disse que não inveja quem tem propriedades e é rico, mas gostaria de ter imóveis e dinheiro para poder pagar esses impostos. Salientou que já havia comentado em sessão que se as pessoas pensarem dez segundos no que a outra quer dizer, o mundo hoje seria diferente, e que as pessoas hoje estão muito preocupadas com o bem material e se esquecem do espiritual. **ORDEM DO DIA** – O Sr. Secretário fez a leitura da Informação da Presidência com relação à proposta CM 34/10, de emendas apresentadas pelos Vereadores Paulo Sérgio Coelho e Anastácio da Silva, conforme segue: a) que após ler atentamente as emendas apresentadas no documento verificou-se que não consta nenhuma emenda que altere/modifique o projeto de lei PM 027/2010; b) que as primeiras 6 (seis) emendas apresentadas na proposta CM 34/10 dizem respeito a substituições, modificações e supressão de dispositivos do Código Tributário Municipal (Lei nº 3.082, de 22 de setembro de 2009 e não de 2010, como consta na proposta). Com relação a estas emendas informou que as mesmas estão em desacordo com o Regimento Interno da Câmara, uma vez que o prazo para apresentação de emendas ao Código Tributário expirou em 21 de setembro de 2009, e que as mesmas não tem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal (PM 027/2010), razões pelas quais não são passíveis de ir à Plenário para discussão e votação, as quais serão apenas arquivadas nos anais da Câmara; c) que a 7ª emenda apresentada na proposta CM 34/10 diz respeito à supressão de um artigo da Lei nº 3.125, de 15 de dezembro de 2009. Com relação a esta emenda informou que o prazo para apresentação de emendas expirou em 30 de novembro de 2009, e que a mesma não tem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal (PM 027/2010), também em desacordo com o Regimento Interno da Câmara, e por estes motivos não irá à discussão e votação, a qual também será apenas arquivada nos anais da Câmara. Pedido de urgência do Sr. Prefeito para discussão e votação do projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a contratar pessoal – Professor Habilitação Inglês – por prazo determinado em caráter emergencial (PM 029/2010). Manifestaram-se sobre a urgência os Vereadores Paulo e Sérgio. A urgência foi aprovada por maioria, com os votos contrários dos Vereado-

res Paulo, Anastácio e Roque. Manifestaram-se sobre o projeto os Vereadores Paulo, Anastácio e Alceu. O projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a contratar pessoal – Técnico em Enfermagem – por prazo determinado em caráter emergencial (PM 021/2010). Manifestaram-se os Vereadores Paulo e Sérgio. O projeto foi aprovado por maioria, com os votos contrários dos Vereadores Paulo, Anastácio e Roque. Projeto de lei do Executivo concedendo subvenção social ao CTG Lauro Rodrigues (PM 022/2010). Manifestaram-se os Vereadores Paulo e Anastácio. O projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei do Executivo concedendo subvenção social à Sociedade Cultural dos Cantores de São Sebastião do Caí (PM 023/2010). Manifestou-se o Vereador Paulo. O projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei do Executivo alterando o número de vagas do cargo de Operário e Fiscal Municipal no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do art. 3º da Lei 2.600, de 10 de dezembro de 2004 (PM 024/2010). Manifestou-se o Vereador Paulo. O projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a firmar convênio com a Associação dos Produtores e Comerciantes de Flores e Plantas Ornamentais do Vale do Caí – CAÍ-FLORES (PM 025/2010). Manifestaram-se os Vereadores Vilson, Paulo, Alceu, Roque e Sérgio. O projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei do Executivo autorizando a concessão de isenções para IPTU e Taxa de Coleta de Lixo constantes do Código Tributário Municipal para o exercício de 2010 (PM 027/2010). Manifestaram-se os Vereadores Paulo, Anastácio, Cléber e Alceu. O projeto foi aprovado por maioria, com os votos contrários dos Vereadores Paulo, Anastácio e Roque. Projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a criar o Distrito Industrial de São Sebastião do Caí (PM 028/2010). Manifestaram-se os Vereadores Paulo e Anastácio. O projeto foi aprovado por unanimidade. Requerimento do Vereador Valdir Ramos propondo ofício à empresa de telecomunicações OI solicitando a instalação de telefone público do tipo “orelhão” no Loteamento Angico, neste Município. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Pedido de urgência do Vereador Sérgio para discussão e votação do projeto de lei do Executivo que autoriza a concessão de direito real de uso do prédio da antiga Escola Municipal Idalina Hess à Comunidade Desafio Jovem Gideões e dá outras providências (PM 030/2010). Manifestaram-se sobre a urgência os Vereadores Paulo, Sérgio e Alceu. A urgência foi aprovada por maioria, com o voto contrário do Vereador Paulo. O projeto foi aprovado por unanimidade. **Explicações Pessoais** – Usaram da palavra os seguintes Vereadores: **Paulo Coelho** – Disse que tudo o que já passou aqui na Câmara, tudo que já fez de errado, como disse o Presidente, que deixei entrar projeto fora do prazo, tudo isso concorda, mas nunca fez o que fizeram com o orador hoje, de não deixar entrar uma proposta por inconstitucionalidade. Disse que se sentiu magoado e graças a Deus está no fim da carreira política, frisando que cada vez mais a classe política está desmoralizada. Disse esperar que no futuro saia alguém daqui para a Prefeitura, que cumpra a palavra e vá lá e faça as coisas certas e que não venha prometer de novo para o povo e fazer tudo ao contrário. Disse que o Prefeito que está lá hoje sempre foi contra as urgências e os projetos fora dos prazos e hoje está fazendo muito pior que o Prefeito anterior. **Anastácio da Silva** – Disse que infelizmente mais uma vez o povo vai pagar a esperança de sempre colocar alguém no poder

para que seja bem governado o Município, País ou Estado, mas infelizmente continua o ditado aquele: "se quer conhecer a pessoa, dá poder a ela". Frisou que certamente o povo vai gravar tudo o que aconteceu e isso vai pesar muito ainda até o final do mandato e na próxima eleição. A sessão foi encerrada às 21 horas e 15 minutos depois de marcada a próxima para o dia 22 de março de 2010, às 18 horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.



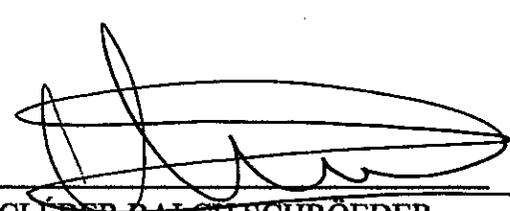
VALDIR RAIMUNDO RAMOS
Presidente



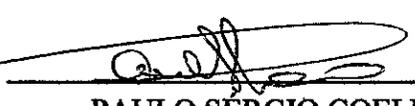
CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Vice-Presidente



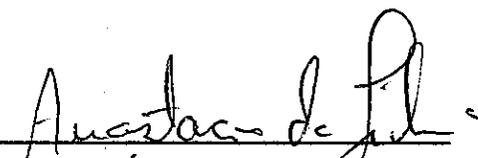
JOSÉ ALCEU DE PAULA
1º Secretário



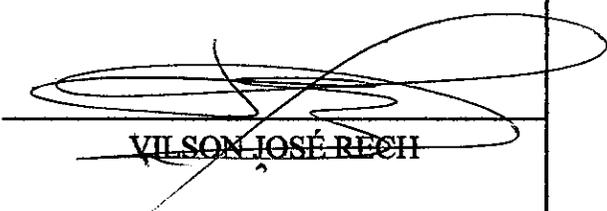
CLEBER BALCH SCHRÖEDER



PAULO SÉRGIO COELHO



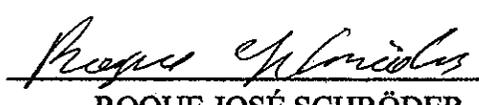
ANASTÁCIO DA SILVA



VILSON JOSÉ RECH



SÉRGIO PAULO PEREIRA



ROQUE JOSÉ SCHRÖDER